



Núcleo de
**Solidariedade
Técnica**

Êêêetcha!

nº 11

A UFRJ tem um novo reitor

Renata da Silva Melo apresenta as propostas do novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Carlos Levi venceu as eleições no segundo turno, em abril.

Página 3



Transformando a extensão

O Êêêetcha! entrevistou a pró-reitora de extensão da UFRJ, professora Laura Tavares, que falou sobre os avanços feitos na sua gestão, o que ainda falta fazer e muito mais. Leia parte da entrevista aqui e a versão completa no nosso site.

Páginas 10 e 11

Uma escola recuperada

A repórter Elis de Aquino foi conhecer a escola Graham Bell, que pertencia a um sindicato e, prestes a falir, foi recuperada pelos professores. É, sem dúvida, uma escola diferente. Não perca essa matéria!

Páginas 8 e 9



É MAIS...

O marco regulatório das comunicações
EREDS Sudeste 2011
Fábricas Recuperadas na Argentina
SOLTEC Indica filmes e livros

Páginas 6 e 7
Páginas 4 e 5
Página 2
Páginas 12 e 13

EDITORIAL

A UFRJ em movimento

Por Walter Issamu Suemitsu

A partir dos primeiros dias de julho o Prof. Carlos Levi irá assumir o cargo de Reitor da UFRJ pelos próximos 4 anos. Quais são as perspectivas para esta nova administração?

Em relação às políticas de ensino, pesquisa e extensão não deve haver grandes mudanças, pois o Prof. Levi e os componentes de sua equipe possuem ideias muito próximas às do atual Reitor, Prof. Aloísio e isso ficou evidenciado no programa apresentado na consulta à comunidade.

No entanto, algumas mudanças deverão ocorrer, inclusive devido às próprias características pessoais dos Pró-Reitores escolhidos. Na Pró-Reitoria de Extensão, a substituição da Prof.^a Laura Tavares pelo Prof. Pablo Benetti certamente implicará em uma gestão menos política. A questão da gestão certamente ganhará mais importância nesta administração.

Uma questão muito importante que a futura administração irá enfrentar é a Estatuinte, que certamente será colocada em pauta nas primeiras reuniões do Conselho Universitário após a posse do Prof. Levi. Para discutir esta questão, precisamos estar mobilizados e acompanhar o processo para que as forças progressistas da Universidade consigam produzir um Estatuto que garanta a democracia e ao mesmo tempo a agilidade na tomada de decisões.

Outros pontos fundamentais são a continuidade do Programa de Expansão e a implantação de projetos do Plano Diretor, que dependem muito de uma melhoria da gestão interna, mas também dos recursos prometidos pelo MEC. Neste ponto, há uma grande incerteza, pois este ano está havendo uma grande redução de investimentos e não há garantias de que os compromissos assumidos pelo MEC sejam cumpridos.

Portanto, é necessário que estejamos unidos em torno do Prof. Levi e sua equipe para pressionar o MEC e o Ministério do Planejamento a liberar as verbas prometidas para permitir o crescimento e a melhoria de nossa Universidade e da Universidade Pública Brasileira em geral.

O que é o SOLTEC?

O SOLTEC (Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro) é um programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

Fábricas Recuperadas na Argentina

Por Flávio Chedid

A experiência de recuperação de fábricas na Argentina salta aos olhos de qualquer observador brasileiro interessado na temática. Enquanto nós tivemos as nossas primeiras experiências nos fins dos anos 80, nossos hermanos iniciaram esse processo já em 1999 com a metalúrgica IMPA, muito embora possamos identificar alguns casos anteriores a esse, relacionados a gráficas estatais que passaram às mãos dos trabalhadores no processo de privatização de serviços de impressão de material do governo e que hoje se identificam como fábricas recuperadas (FRs).

No último levantamento realizado pelo Programa Facultad Abierta da Universidade de Buenos Aires foram identificados 205 casos de FRs e, desde 2010, quando foi finalizada a pesquisa, já há cerca de 20 casos novos. No Brasil, não temos dados fidedignos sobre esses números e o SOLTEC/UFRJ, junto com outras 7 universidades, com financiamento do CNPq, está conduzindo um projeto de pesquisa para conhecer o caso brasileiro. No início da pesquisa estimamos a existência de 70 casos. Nos últimos anos, só dois casos novos foram identificados.

O que explicaria o crescimento da ex-

periência argentina contrastando com a estagnação do caso brasileiro? Não há resposta fácil para essa pergunta e não gostaria de trazer nada definitivo antes de realizarmos nossa pesquisa, mas, sim, trazer alguns elementos que podem nos ajudar a esboçar as primeiras hipóteses.

A primeira diferença evidente entre os casos diz respeito à conjuntura vivida por cada país, já que a explosão do fenômeno argentino se dá durante sua maior crise, com o abandono e falência de diversas fábricas. Não que no nosso caso não tenha havido crise, mas, sim, numa proporção menor.

Seja pela crise ou pela cultura operária distinta – ou até por diferenças entre a resistência do empresariado – a estratégia de luta mais comum na Argentina foram as ocupações, que contava com apoio de vizinhos, assembleias nos bairros e outras fábricas que já haviam se recuperado. Além dessa prática caracterizar a formação de um movimento, deu legitimidade social à luta, trazendo reconhecimento e respeito de boa parte da população. É muito comum pelo país que se conheçam as FRs e para isso não é necessário estar na academia.

Esse apoio resultou em pressão para

implementação de políticas específicas para esse movimento. A princípio houve conquistas nos governos municipais, como no caso de Buenos Aires, que utilizou a lei de expropriação para regularizar as atividades das fábricas. Hoje se discute a modificação da lei de falências, que já obteve aprovação quase unânime no congresso (198 contra 1) e agora aguarda pela aprovação no senado.

Essa lei gera controvérsias dentro do já muito fraturado movimento (há pelo menos 5 entidades de representação). Por permitir aos trabalhadores utilizar 100% dos seus créditos laborais para comprar os ativos da empresa falida (na lei atual só é permitido 50%) e por estabelecer que estes são os compradores prioritários (ou sejam, levam se tiverem o mínimo estipulado), muitos acreditam que a lei facilitará o surgimento de novas experiências, que não precisariam mais apelar para a lei de expropriação que até agora gera uma situação muito indefinida nas fábricas. Por exemplo, a IMPA teve sua expropriação declarada inconstitucional em 2009. Alguns creditam esse ato à especulação imobiliária e outros a uma perseguição política.

Outros, no entanto, não acham que essa lei trará benefícios. Em primeiro lugar porque não ajudará a resolver o problema das fábricas antigas. Em segundo, porque argumentam que necessitam avançar na utilização da lei de expropriação, numa tentativa de politização do debate, sendo essa nova lei, na opinião destes, uma tentativa de institucionalização da luta dos trabalhadores.

Ser essa uma pauta política já é uma grande vitória do movimento. As consequências da implementação da referida lei deverão ser observados ao longo dos anos, seja com a realização de novos levantamentos, seja na análise do conteúdo de luta presente nas experiências.

A construção de um mundo sem padrões precisa passar por experiências concretas, que não podem ser diminuídas pelo fato de não alcançarem as mudanças macroeconômicas que almejamos. São experimentos do novo.



Manifestação pela mudança da lei de falências e pela expropriação do Hotel Bauen, realizada em frente ao Congresso argentino.

Carlos Levi é o novo reitor da UFRJ

Quais são as propostas para os próximos 4 anos?

Por Renata da Silva Melo

A UFRJ tem um novo reitor: Carlos Levi. Fomos às urnas, o elegemos, mas será que sabemos de fato quais são as propostas da nova gestão? O conhecimento das ideias e compromissos da reitoria que se apresenta é um instrumento para o exercício da democracia. Confira nessa matéria as propostas a serem postas em prática na UFRJ nos 4 anos que se seguem.

Em abril de 2011, a UFRJ foi às urnas eleger seu novo reitor. Duas vezes. Depois de muitos debates, campanhas pelos campi, no segundo turno disputado por Godofredo de Oliveira e Carlos Levi, o candidato da Chapa 10, “UFRJ em movimento”, Carlos Levi, cujo vice é Antônio Ledo, venceu. Mais contido que seu oponente Godofredo, Levi era discreto e demonstrava segurança. Longe do estereótipo de grandes líderes e oradores, o então candidato de gestos não expansivos e fala pouco exaltada conquistou os eleitores com suas propostas baseadas principalmente na expansão de vagas e democratização da universidade.

O professor associado do Instituto Alberto Luiz Coimbra de pós-graduação e pesquisa de Engenharia (COPPE), Levi, essencialmente da área de exatas, reconhece a importância da interdisciplinaridade ao ter como meta a inclusão de conteúdos curriculares de arte, cultura e humanidades na formação de todos os estudantes da UFRJ. Outra importante bandeira é a expansão radical das atividades de extensão.

Durante a campanha, a necessidade de expansão das vagas foi muito discutida pelo reitor. Ele acredita ser essa uma medida essencial para a democratização do acesso à universidade. Como forma de democratizar o acesso ao ensino superior será ampliada também a oferta de cursos noturnos e à distância.

Para necessária melhoria das condições materiais e de infraestrutura que o aumento de vagas demanda, o Plano Diretor 2020 é apontado como algo a ser consolidado. Sobre a política de assistência estudantil garante-se a finalização da reforma do alojamento e a construção do Complexo estudantil CCMN que contará com 260 unidades de moradias. O número de bolsas de apoio permanência dos estudantes de baixa renda e ações de reforço pedagógico devem aumentar. Já com relação a política de assistência à saúde, serão realizadas ações junto ao Governo Federal para viabilizar recursos para a construção de um novo prédio para a implantação de um moderno hospital universitário para a UFRJ.

Uma das expectativas da UFRJ com a nova gestão é que não falte mais comida no Restaurante Universitário. A ausência de refeições suficientes têm sido um problema constante. São filas imensas todos os dias, e é muito comum às 12h30min estarem esgotadas as senhas. Da frente do conhecido RU, funcionários avisam a quem se aproxima “não há mais comida”. Como consta no programa de trabalho da chapa eleita “UFRJ em movimento”, isso não deve mais acontecer. A meta é ampliação da oferta de refeições, com uma novidade: agora em horário noturno e nos fins de semana. Outra diretriz

do programa é o atendimento as necessidades e urgências acadêmicas, infraestruturais e de gestão do campus Macaé e do Pólo de Xerém.

Apesar de defender uma universidade pública e gratuita de qualidade, Levi não se opõe aos cursos pagos na UFRJ. Em entrevista ao Jornal da UFRJ, ele disse não ter preconceito quanto ao tema, segundo ele os cursos pagos “podem, inclusive, contribuir com recursos para ajudar na estruturação de um espaço público no qual todos se beneficiem com investimentos”.

O campus da Praia Vermelha

A questão da possível transferência do campus da Praia Vermelha para a Cidade Universitária foi motivo de polêmica e discussão. Como defensor da autonomia universitária, o novo reitor afirma que as unidades da Praia Vermelha possuem total autonomia para decidir sobre seus futuros. Outro fator que aflige o campus é o rumo da antiga casa de show Canecão, atualmente esquecida e inutilizada. A expectativa com o projeto de gestão que se anuncia é que seja criado O Espaço Cultural e Artístico UFRJ, um espaço para atividades artísticas e culturais, usada com fins acadêmicos e educativos. É o que esperamos. Mas, não esperemos apenas. Construamos juntos uma nova UFRJ.

Para ter acesso ao programa de trabalho na íntegra, acesse o blog da campanha:

www.ufrjemovimento.blogspot.com

eredes sudeste

E O PAPEL DA ENGENHARIA NA SOCIEDADE

Por Renata da Silva Melo

O que se espera de um encontro de engenharia? Números, invenções, fórmulas? Não no EREDS. Na contramão do óbvio, o Encontro Regional de Engenharia e Desenvolvimento Social é um espaço para discussões acaloradas sobre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade. “O intuito do EREDS é questionar as bases científicas do modelo de desenvolvimento atual”. É o que pensa o estudante de engenharia Thiago Nogueira. Assim como ele, muitos outros estudantes se reuniram para discutir soluções sustentáveis para nosso planeta.

O evento nasceu a partir da vivência do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social, o ENEDS, iniciativa do SOLTEC/UFRJ, e tomou proporções tão grandes que encontros regionais foram criados a fim de aprofundar localmente o debate sobre temas sociais, extensão e o papel da Universidade nesse contexto.

Foi a mineira João Monlevade a primeira cidade a acolher o EREDS Sudeste, que aconteceu nos dias 13 e 14 de maio de 2011. Com um público jovem de aproximadamente 550 pessoas, o evento contou com estudantes de engenharia, economia, jornalismo, entre outros cursos.

A primeira mesa redonda apresentou o tema “Novas estruturas universitárias: os desafios da integração inter-campi e da super universidade”. O representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), Luis Seixas, o pró-reitor Adjunto de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Danton Heleno Gameiro, e o pró-reitor de Planejamento e Orçamento da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Sebastião Tavares, discutiram os prós e contras da super universidade, visto que Minas Gerais é o estado que atualmente possui mais universidades federais no Brasil (são

sete as instituições que precisam estar integradas para a garantia de um ensino de qualidade).

O conceito de super universidade implicaria em ter vários campi avançados em torno de um campus central, que concentraria os recursos e a administração dos demais. Foram abordadas ainda questões como a autonomia universitária, as limitações locais devido a ausência, muitas vezes, de interdisciplinaridade e a ideia de consórcio em alternativa a super universidade.

Desenvolvimento para quê?

O segundo tema de debate foi “A organização da produção na região”. O pesquisador e professor da Fiocruz Marcelo Firpo abordou criticamente os impactos do desenvolvimento para a sociedade e questionou: “Desenvolvimento para quê? Para quem? De que modo?”. O pesquisador que no início da carreira se encontrava dividido entre biologia e ciências sociais, une hoje essas duas áreas do conhecimento ao tratar de temas como justiça ambiental e ecologia política.

Firpo criticou a monocultura do

eucalipto, muito presente na região, apontou os impactos do desenvolvimento a qualquer preço para populações tradicionais, como a de pescadores, quilombolas e indígenas, e classificou de destrutivo o processo de criação do capitalismo. “A dialética do capitalismo globalizado é um processo crescente de produção de formas de destruição”, afirmou.

Na mesma mesa, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Luiz Carlos Silva, afirmou que a economia de João Monlevade é muito dependente da empresa ArcelorMittal. Ele criticou a excessiva terceirização do trabalho e o achatamento dos salários, fatos que têm contribuído para uma diminuição na qualidade de vida do trabalhador. O representante dos metalúrgicos desafiou a universidade a ter uma maior integração com a comunidade, a estar mais próxima da realidade local, oferecendo, por exemplo, cursos nas áreas de mineração e meio ambiente, principais demandas da região.

O dia 14 de maio amanheceu preenchido pelas trocas de experiências concretas de ações de engenharia sustentável entre diversos



Roy Frankel apresenta a experiência do SOLTEC no evento.

Foto: Marcelo Costa

projetos e iniciativas. Foi o chamado “circuito de experiências”. O SOLTEC/UFRJ apresentou seu trabalho de extensão, pesquisa e ensino, realizado já há 8 anos. Sidney Lianza e Roy Frankel falaram sobre a ideologia do SOLTEC, os diversos projetos desenvolvidos visando à construção de políticas públicas para equidade social e equilíbrio ambiental. Também do SOLTEC, Celso Alvear propôs uma reflexão sobre os fins da tecnologia da informação, como ela se aplica ao desenvolvimento social e ao fortalecimento de atores historicamente excluídos.

A juventude esteve bastante presente no circuito de experiências. Os projetos Museu da Tecnologia de informação no colégio e Coletas de pilhas e baterias usadas apresentaram seus trabalhos baseados na integração com escolas municipais e estaduais da região onde reforçam o sentimento de responsabilidade socioambiental. Assim como o Programa Atlimarjom, que encaminha material reciclável para empresas de reciclagem. Nas salas de discussão refletiu-se também sobre temas como reforma agrária, economia solidária, planejamento da água da região e extensão.

Evento regado a música e participação estudantil

A mesa “Tecnologias sociais e economia solidária” encerrou o ciclo de debates do EREDS. Luigi Everaldo, assessor da Anteg (Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão), contextualizou o tema, falou da importância

e da história do Fórum Brasileiro de Economia solidária e alertou: “Economia solidária não é política compensatória, ela traz o germe de uma outra perspectiva, nos permite uma outra visão de mundo”.

Egeu Gomez, psicólogo e professor da Universidade Federal do Rio Grande, contou sobre o seu estudo de caso numa fábrica recuperada da cidade de Salto, em São Paulo. O psicólogo analisou o processo de mudança de identidade de trabalhadores que passaram da condição de empregados para cooperados. Abordou ainda as dificuldades da gestão democrática e os desafios do trabalho coletivo.

O coordenador geral do SOLTEC, Sidney Lianza, questionou a economia de mercado e o senso comum de que a tecnologia estaria relacionada apenas ao consumismo. “Economia é cuidar da casa, economia são relações sociais. É possível criar uma nova maneira de se estabelecer as relações, de se criar relações solidárias”, afirmou o engenheiro. Lianza falou também sobre a relação homem-natureza, a tecnologia social aplicada ao dia a dia, o concei-

to de dialogicidade e pesquisa ação. “Sim, somos uma minoria, mas se for para ser uma maioria que está esmagando o mundo, prefiro estar na minoria”, concluiu.

A música esteve presente do começo ao fim do EREDS. Não havia espaço para timidez entre os estudantes presentes. Nos intervalos entre um debate e outro, jovens subiam ao palco, cantavam e tocavam seus violões, de MPB ao sertanejo, numa grande mistura e clima de confraternização. O encontro terminou ao som da Banda de Mariana e ao sabor do pão de queijo mineiro. A Banda, formada por crianças, adultos e idosos, animou o público e fez todos dançarem ao tocar clássicos do samba e da música brasileira. Um carnaval fora de época, a justa comemoração daqueles que se unem por um mundo melhor.



“Economia é cuidar da casa, economia são relações sociais. É possível criar uma nova maneira de se estabelecer as relações, de se criar relações solidárias”

Sidney Lianza

Vem aí o VIII ENEDS!

O 8º Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS) acontece nos dias 19, 20 e 21 de setembro na Universidade Federal de Ouro Preto. Não perca!

Mais informações em: www.eneds.blogspot.com

O MARCO VEM AÍ

Por Marília Gonçalves

No dia 15 de março de 1994 - e lá se vão 17 anos - fato histórico acontecia na televisão brasileira. O jornalista Cid Moreira, então apresentador do telejornal mais transmitido do país, viu-se obrigado a ler durante aproximadamente três minutos uma carta de Leonel Brizola, que ocupava à época a cadeira de governador do estado do Rio de Janeiro. A carta fazia duras críticas à emissora. Sua primeira frase, entoada pela voz marcante de Cid, foi: "Todos sabem que eu, Leonel Brizola, só posso ocupar espaço na Globo quando amparado pela Justiça". De que amparo falava Brizola?

O direito de resposta - pelo qual o ex-governador foi favorecido por ter sido chamado de "senil" num editorial de Roberto Marinho - garantia àqueles ofendidos, difamados ou preconceituados pela mídia comercial o poder de também falar aos milhões - nem que por três minutos apenas.

Esse direito já não mais existe. A comunicação brasileira é hoje, na prática, uma vasta terra sem lei.

A legislação existente é da década de 1960 e não faz mais sentido no mundo da convergência digital, além de ser extremamente confusa. A concentração dos veículos nas mãos de poucos empresários, a produção de conteúdo majoritariamente na região sudeste, e a crimi-



nalização das rádios comunitárias são apenas alguns dos muitos problemas que a uma legislação específica para o setor poderia ajudar a resolver.

Este processo já está em andamento. No final de 2009 aconteceu em Brasília

a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), onde representantes da sociedade civil e do governo construíram juntos uma série de propostas para o setor. Agora, baseado na Confecom, o Ministério das Comunicações (MiniCom) promete submeter ainda

este ano uma proposta de marco regulatório da comunicação à consulta pública.

Desde já, o movimento pela democratização da comunicação se organiza afim de cobrar do governo a divulgação da proposta e também de se preparar (e

preparar a população) para o debate. Neste sentido, o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) realizou nos dias 20 e 21 de maio o seminário "Marco Regulatório: propostas para uma comunicação democrática". O seminário contou com a presença de James Gørgen, do MiniCom, além de políticos como Paulo Ramos (deputado estadual pelo PDT-RJ), Luiza Erundina (deputada federal pelo PSB-SP) e Reimont (vereador carioca pelo PT-RJ). Compareceram também ao evento o argentino Gustavo Granero, vice presidente da Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), e Sílvio Darin, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

É claro para todos que estabelecer limites legais neste território não será uma tarefa fácil. O latifúndio na comunicação, assim como na questão da terra, conta com apoio estratégico de muitos políticos. Além disso, se no caso da democratização da terra os latifundiários têm os meios de comunicação comerciais como aliados fundamentais para formação da

“opinião pública”, lembremos que por aqui estamos lidando diretamente com os próprios meios. É o interesse deles que estamos ferindo. E, por enquanto, eles detêm o poder de falar com os milhões.

Não surpreendentemente, a mídia comercial reage a qualquer tentativa de legislação acusando-a de “censura”. Não foi diferente na Argentina, como nos apontou Granero. No entanto, a vontade do governo federal vizinho de estabelecer de fato o marco no país venceu a guerra contra a poderosa mídia. Foi aprovada em 2009 no país a “Nueva Ley de Medios” ou, oficialmente, “Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual”, que garante, por exemplo, que o consumidor de audiovisual

tenha um defensor público específico para os casos de abusos do veículo. A presidente Kirchner foi acusada de fascismo, entre outras coisas de tamanho absurdo.

Por aqui, não temos dúvida de que eles vão dizer que o país está ameaçado, que há o risco iminente de retorno ao tempo da censura, que a ditadura está voltando. Eles vão fazer o terrorismo de sempre. Muita gente vai acreditar. Muita gente vai esquecer que de ditadura entendem eles que cresceram apoiados nos governos militares brasileiros. Por isso o movimento se esforça no sentido de garantir o amplo debate do tema com a população. É urgente pensar em meios de também pautar neste processo, e o governo tem papel importante nisso.

Legislar não é censurar

Por que há concentração de propriedade nos veículos de mídia? A resposta parece simples num contexto neoliberal. As organizações midiáticas se constituíram como empresas capitalistas e, como tal, buscam aumentar seu faturamento, crescer e, inevitavelmente, concentrar. As empresas mais fortes sobrevivem e agregam as mais fracas, ou causam sua morte. É a lei natural do capitalismo. Simples também, neste sentido, é compreender por que não interessa às empresas (certo tipo de) legislação: lhes basta a lei de mercado. Sem intenção de entrar nos questionamentos do capitalismo neoliberal, fato aqui é que comunicação não é como qualquer outra empresa. Estamos falando de

cultura, opinião, formação social. Não é justo - nem é lícito - que não haja diversidade neste campo.

Por isso a necessidade de um marco regulatório para o setor. Por isso a necessidade de provar que legislar não é censurar. O risco do centralismo, do fascismo, terrorismo e tantas outras coisas pelas quais os movimentos serão acusados está do lado de lá. “A mídia não pode se colocar como uma ‘vacca sagrada’, que todo mundo tem que desviar e deixar que ande por onde quiser, do jeito que quiser. E mesmo que fosse o quarto poder, assim como os outros, precisaria de mecanismos institucionais de controle, porque o poder absoluto tende à tirania”, afirma Berenice Mendes, da Coordenação Executiva do FNDC.

DIVIRTA-SE



GRAHAM BELL: UMA ESCOLA RECUPERADA

Por Elis de Aquino

Quando se fala em escola, os alunos fazem careta e encaram a instituição muitas vezes como castigo. Se você perguntar aos seus pais e às pessoas mais velhas, com certeza eles irão relatar sobre a rigidez nos colégios, alguns até mesmo sobre punições físicas. O professor era visto como vilão, e a sala do diretor era encarada com medo e desconfiança pelos alunos. Alguns deles conheceram a temida palmatória. Hoje em dia muita coisa mudou, mas as escolas ainda têm essa aura que intimida os alunos, e a hierarquia estabelecida serve para colocar professores e alunos em “seus lugares”.

No entanto, uma outra educação é possível e muitas escolas já estão em busca dessa renovação na pedagogia e nas relações sociais dentro do ambiente escolar. Esse é o caso do Colégio

Graham Bell, criado por iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro (SINTTEL) em 1994. “O colégio foi administrado pelo Sindicato até que com a privatização do setor, o Sindicato não teve mais condições financeiras de cuidar dele”, comenta Ricardo Jullian, professor de Eletrônica e Eletricidade que trabalha na escola desde a sua fundação.

Ao invés de desistirem do projeto, os professores e funcionários do Gbell, localizado no Maracanã, Zona Norte da cidade, criaram o COOPGBELL (Cooperativa dos Profissionais de Ensino Graham Bell) em 2004, que passou a ser responsável pela administração da escola. Logo eles perceberam as dificuldades para lidar com ela, já que as instalações alugadas para seu funcionamento

estavam precárias. “O colégio tinha problemas e não funcionava direito, então surgiu a ideia de devolver o imposto sindical para os trabalhadores (imposto recolhido pelo governo e repassado para os sindicatos credenciados) que usaram o dinheiro para investir na escola”, comentou Jullian.

Diferente da maioria das escolas, o GBell não tem uma diretoria fixa ou um dono, mas um colegiado que se reúne quinzenalmente para discutir as diretrizes da escola. Há também uma coordenação eleita. A lei obriga que exista um diretor(a), mas a escola funciona em regime “horizontal”, ou seja, não hierárquico. Com a ausência da hierarquia, todos que contribuem são donos. É necessário comprar uma cota simbólica de R\$100 para se tornar “sócio” da escola, e cada pessoa pode apenas comprar uma cota, para evitar concentração de poder. “Cada um contribui com uma cota e todos têm direito a apenas 1

voto nas deliberações sobre o colégio”, esclarece Denise Vilardo, coordenadora pedagógica do GBell há 16 anos.

Hoje o Colégio tem autonomia financeira. “Cerca de 40 cooperados, entre professores e coordenadores, trabalham no Gbell. Apenas os funcionários da limpeza não são cooperados”, explica Jullian. A escola também tem total controle sobre a orientação pedagógica que segue. “A equipe de professores tem autonomia para escolher o material didático que vai usar, e para dialogar com os alunos sobre os assuntos que eles acham mais interessantes e importantes para estudar”, comenta a coordenadora.

Atualmente estudam aproximadamente 120 alunos, em dois turnos: diurno e noturno. O colégio tem foco na formação do ensino técnico voltado para as áreas de Telecomunicações, Informática e Eletrônica. Mas, principalmente, na formação de cidadãos. O ensino médio integrado ao técnico funciona na parte do dia. Em geral os alunos são filhos ou conhecidos de pessoas ligadas à área de Telecomunicações, com idade entre 15 e 18 anos. À noite são as aulas do chamado “Pós-médio”, voltado para aqueles que já têm o ensino médio e querem uma formação técnica. No geral, esses alunos já trabalham na área de Telecomunicações como terceirizados, e estão em busca de aperfeiçoamento profissional.

Denise explica como é a



“Prezamos pela liberdade. Isso inclui liberdade de expressão, religiosa e sexual”

Denise Vilardo
Coordenadora pedagógica

relação dos professores e alunos com a escola. “Os professores são realmente engajados com a escola. Não é apenas dar aula e ir embora. O GBell é um projeto de vida, é um sonho”. A relação de professores e alunos entre si e com a escola é de amizade, confiança e respeito. “O diálogo está sempre em primeiro lugar. Os alunos têm liberdade para entrar na ‘sala dos professores’ e tomar um café, conversar conosco sobre qualquer coisa. Às vezes eles ficam aqui tocando violão”, orgulha-se Denise, que mantém uma relação bem próxima com os alunos. Com os professores, ela conta que os encontros quinzenais são importantes para a união do grupo. “Fazemos reuniões para estreitar os laços entre os professores, trocar experiências e tentar integrar as disciplinas”. Idealistas convictos, os “funcionários-donos” do GBell têm um projeto bem definido, que vai de encontro ao sistema capitalista vigente. “Não queremos ficar ricos”, adverte Denise.

Outra característica do GBell é a avaliação contínua, que pode substituir, dependendo do professor, a tradicional “semana de provas”, até a prova, usando outras formas para avaliar o conteúdo. “O professor tem um contato e diálogo maior com os alunos. Nosso objetivo é que o aluno aprenda. Se o professor vê que o aluno está com dificuldades, por que não age antes que seja tarde? Não temos aquele discurso de que “o aluno não quer nada”, juntos temos que achar soluções para os problemas. O sentido da escola é ensinar, não reprovar”, diz a coordenadora.

Liberdade e resultado

Uma das bases da escola é a liberdade. “Prezamos pela liberdade, isso inclui liberdade de expressão, religiosa e sexual”, conta Denise. A coordenadora afirma que alunos homossexuais estudaram lá sem problemas. A escola também trabalha com internet e usa a rede social Peabirus. “Trabalhamos com a rede social PEABIRUS, que é uma rede aberta. Os professores e os alunos mantêm contatos através dela. Lá há grupos de discussões, e qualquer pessoa pode participar. Também usamos softwares livres, como o Linux”. Facebook, Orkut e Twitter não são bloqueados na escola. “A escola precisa ensinar ao aluno a entender o momento em que se deve ou não usar as redes sociais. Se o aluno está concentrado fazendo um exercício, não há ninguém falando algo de importante na sala, e ele não está atrapalhando ninguém, ele pode ouvir música com fones de ouvido”. Ela também afirma que no GBell todos são agentes educadores, sendo dispensável a famosa figura do “inspetor”. “Não existe monitores no corredor, e nem por isso os alunos “matam aulas” ou destroem o patrimônio da escola. E, se isso acontece, nossa primeira ação é o diálogo com o aluno. Educar não é proibir e lugar de punição é a cadeia”, esclarece Denise.

O resultado dessa nova prática pedagógica reflete no comportamento dos alunos. Lucas Simões, 18 anos e estudante do 3º ano com curso técnico em informática garante, “me arrependo de não ter estudado todo o meu ensino médio aqui”. Ele conta que

Idealistas convictos, os “funcionários-donos” do GBell têm um projeto bem definido, que vai de encontro ao sistema capitalista vigente. “Não queremos ficar ricos”, adverte Denise.

sempre sonhou em estudar na FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro), mas após um tempo na escola decidiu ir para o Graham Bell.

Maurício Falbo, 17 anos, colega de classe de Lucas quer voltar à escola depois que passar no vestibular. “Mesmo quando estiver na faculdade vou voltar para ajudar nos projetos da escola. É uma forma de retribuir o que aprendi aqui”, comenta. O aluno contou que não gostou da ideia de estudar em horário integral. “Quando eu entrei na escola pensei que não ia aguentar o horário integral. Mas depois, eu vi que ficava aqui até depois do horário.”

Com ajuda dos professores, Maurício e Lucas criaram uma rádio online da escola, a rádio Gbell. Agora eles estão construindo um servidor para a rádio. Os rapazes contam que a ideia da rádio surgiu na aula de Sociologia. “Conversávamos sobre o controle da mídia estar nas mãos de poucas pessoas e tivemos a ideia de democratizar a comunicação e passar uma informação com a nossa visão, de jovem para jovem”.

Idealizadores, os jovens garantem ter todo o apoio dos professores para seus projetos. “Temos vários projetos, como implantar o sistema de reciclagem. Os

alunos sempre têm ideias, e a escola nos apoia. E eles até cobram para ver se a gente não desistiu. Os professores estão sempre de braços abertos para nos receber”, dizem os rapazes. “Já criei um programa chamado Determinantes para ajudar os alunos a estudar esse assunto de matemática”, conta Falbo. “Agora estou desenvolvendo um programa móvel de Educação para jovens e adultos, baseado em um programa de computador desenvolvido no LIpE (Laboratório de Informática para Educação)”, orgulha-se Lucas.

Os alunos aprovam os métodos usados pelos professores para ensinar as matérias. “Já fizemos teatro para aprender História. É bom porque podemos escolher o assunto que vamos aprender. Todos fazem a aula. Uma vez decidimos estudar a Constituição brasileira, e o professor de Sociologia adaptou a matéria para focar nesse assunto”, relembrou Falbo. “Na aula de Química, estudamos a nomenclatura dos elementos, e ao mesmo tempo conversamos sobre a alta do preço da gasolina”, diz Lucas.

*Na foto da capa, os alunos do Colégio Graham Bell faziam visita ao Oi Futuro em 2008.

extensão na UFRJ

Ela comandou a extensão na UFRJ por pouco mais de 5 anos e se despede em julho, dando lugar ao novo pró-reitor, Pablo Benetti. Com Laura Tavares, grandes avanços foram feitos na extensão universitária, no sentido da interdisciplinaridade, da institucionalização e da politização. Nesta entrevista, ela avalia sua gestão na PR5 e fala sobre o verdadeiro sentido da extensão, sobre a relação entre universidade e sociedade, e sobre a transformação interna e externa à Universidade que a extensão deve protagonizar.



Laura Tavares, pró-reitora de extensão das UFRJ de outubro de 2005 a julho de 2011

Laura, existem vários entendimentos sobre o que é extensão universitária. Qual é a impressão digital da extensão pra você?

A extensão pra mim não existe sem aluno. Por outro lado, é a extensão que marca a relação da universidade com outros

setores da sociedade. Nós não somos algo a parte, apesar de a universidade brasileira sempre ter se comportado desta forma, como “nós”, de dentro, e “eles”, lá fora. Essa visão da extensão está hoje totalmente superada. A relação é com uma sociedade à qual a gente pertence. Uma sociedade

desigual, com problemas sociais graves. E a universidade tem de intervir sobre eles, ela tem essa responsabilidade. Nós temos esse papel social de construir o conhecimento com a sociedade na qual a gente trabalha. Portanto não é essa coisa de “extender” o conhecimento ou “dar” o conhecimento, é construir.

Quais são os obstáculos que você vê pra que haja essa aproximação entre universidade e sociedade?

São muitas as dificuldades. A principal é a resistência dentro da própria universidade, o entendimento que se tem de extensão, apesar disso já ter mudado bastante. A extensão não é considerada como uma atividade acadêmica dentro da universidade, ela é considerada como uma coisa à parte. Uma pesquisa dentro de um laboratório tem uma complexidade muito menor do que encarar uma realidade cheia de conflitos, e isso simplesmente não é considerado atividade acadêmica. Aliás, a extensão é uma das poucas atividades que incluem os técnicos, além dos professores e outros. Têm os obstáculos dentro e os obstáculos fora da universidade. De modo geral, temos uma opção política de trabalhar com populações, grupos e territórios mais desiguais, abandonados, principalmente, pelo poder público. Então esse

é um grande conflito. Quando a universidade vai trabalhar com esse público, o primeiro conflito é a grande expectativa que a população cria com a nossa atuação. Aí você tem de estar o tempo todo colocando os limites da universidade, não substituindo o poder público. Acabamos de passar por isso na tragédia da Região Serrana - a dificuldade que foi a universidade aparecer numa situação dramática e gerar imediatamente uma expectativa, não só por parte da população, mas por parte do próprio poder público, que é precário... Havia inclusive a exigência de uma atuação da universidade que muitas vezes não cabe. Não cabe a nós substituir o poder público. Como a gente tem superado essa dificuldade? Outra dificuldade da extensão é a questão da permanência. A gente está acostumado a ir num território fazer um projeto, fazer uma pesquisa e ir embora, sem nenhum compromisso com a transformação sobre a qual a gente está atuando. Por isso uma das grandes características que tem pautado a extensão nesses últimos anos é a articulação das políticas públicas. Assim é que a gente tem alguma condição de manter a permanência dessas atividades: através de uma política pública que seja garantidora de direitos sociais, essa articulação é fundamental.

Que importância você vê na atuação interdisciplinar para o fortalecimento da extensão?

Essa é a outra grande potencialidade da extensão. Isso a gente tem vivenciado na prática. Hoje o ensino da graduação na universidade ainda é extremamente disciplinar, compartmentado, e através dos projetos de extensão e das atividades de extensão a gente tem conseguido essa relação, inclusive porque é uma relação real entre os alunos das várias áreas, é o espaço onde os alunos conseguem encontrar uns aos outros, intercambiar conhecimentos e construir um conhecimento novo em cima dessa interdisciplinaridade. A gente pode até chamar de transdisciplinaridade, que é um conhecimento que está acima das disciplinas tradicionais.

Quando você assumiu a pró-reitoria, qual era o principal desafio?

Eram tantos... A institucionalização era um deles. No nosso primeiro congresso e no nosso primeiro fórum, em 2006, a palavra de ordem era institucionalização. O primeiro grande programa que institucionalizou a extensão sem dúvida nenhuma foi o PIBEX. Quando entrei aqui não tinha bolsa de extensão, hoje a gente tem 800 bolsas PIBEX da reitoria. Mas não foi só a concessão de bolsas pros alunos. Através do edital PIBEX a gente começou a construir os programas de extensão. O programa de bolsas foi o ponto de partida, porque as pessoas não tinham noção nem do que era um projeto de extensão. Muito menos um programa, era praticamente partir do zero. O que a gente tinha na extensão? Projetos isolados que não tinham articulação en-

tre si, não se conheciam. Na questão da institucionalidade, do ponto de vista da criação de programas e projetos, eu acho que a gente foi bastante bem sucedido. Acho que conseguimos avançar bastante. Hoje há demanda por bolsas de extensão. Pra mim a coisa mais significativa é ver que os alunos tem orgulho de ser bolsistas de extensão, não é uma coisa menor, é uma bolsa acadêmica. Essa mudança que a extensão significou para os alunos foi muito importante.

Mas ficaram faltando coisas. A grande institucionalização pra mim vai ser quando a extensão entrar para o currículo. Isso nós não conseguimos ou conseguimos muito pouco. Enquanto a extensão não se universalizar nos currículos da UFRJ, não fazer parte da formação do aluno do ponto de vista formal, eu acho que fica difícil. Porque a rigor temos um grupo de estudantes que são bolsistas, mas pra mim a extensão tem que ser pra todo mundo, assim como o ensino. A pesquisa não é pra todo mundo também. Então eu acho que pesquisa e extensão tinham que, primeiro, estar juntas. Tem que ter pesquisa e extensão desde o primeiro período da graduação. Isso tinha que ser uma atividade formativa obrigatória, como é o ensino em sala de aula. O segundo grande desafio é a questão do colegiado da extensão. Esse é um ponto polêmico porque nós, no nosso plano de ação, desde o fórum de 2006, sempre nos colocamos a favor do que dizia o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional). A gente não acredita em conselhos fragmentados. A gente é partidário de um conselho único de ensino, pesquisa e extensão. A UFRJ é a única universidade federal que não tem um conselho unificado. A UFRJ é conservadora, é difícil de mudar. Ela não quer juntar, fazer um colegiado unificado.

Qual você acha que é a importância do Fórum nacional de pró-reitores de extensão para o crescimento da extensão na universidade pública brasileira?

Tem sido muito importante, particularmente nesses últimos 8 anos - não há como negar - na fase do governo Lula, onde de fato se estabeleceu uma relação do fórum e das pró-reitorias de extensão com as políticas públicas federais. O PROEXT, por exemplo, que antes trabalhava só com o MEC, está trabalhando com 12 ministérios, com políticas públicas que vão desde o ministério das cidades, passando por igualdade racial, desenvolvimento social, ciência e tecnologia. Nós avançamos muito do ponto de vista das áreas do conhecimento, avançamos muitíssimo do ponto de vista da relação com as políticas públicas nacionais. O fórum inclusive teve uma intervenção importante no debate das políticas nacionais. Houve uma interferência concreta. Eu me lembro, por exemplo, de sentar pra discutir, como presidente do fórum, o novo programa de ensino tutorial para os alunos de baixa renda. Houve uma resistência enorme. Discutimos sobre qual seria o plano de desenvolvimento social do Ministério de Desenvolvimento Social; hoje nós estamos discutindo o Plano Josué de Castro do MDS: o Fórum de extensão tem sido chamado para discutir grandes problemas!

Qual a mensagem que você deixa para as pessoas que trabalham com extensão?

A principal mensagem pra mim é a mudança. A extensão tem um papel de pensar uma mudança dentro da universidade, porque ela é que vai trazer a realidade, que vai trazer novos conhecimentos,

que vai permitir que a universidade se transforme. Foi a extensão quem puxou o debate da democratização do acesso, porque isso é fundamental. A extensão pra mim tem hoje um dos papéis primordiais que é trabalhar com juventude, trazer a mudança pra dentro da universidade e fazer a mudança social. A extensão tem que expressar esse compromisso social com a mudança na sociedade - a sociedade brasileira ainda é profundamente injusta. A universidade ainda é muito conservadora, nós ainda somos muito elitistas na composição dos nossos alunos. Eu faço um contraponto com universidades que eu tive o privilégio de conhecer, essas novas universidades da fronteira norte, da fronteira sul, integração latino-americana, Vale de São Francisco, que são universidades que estão profundamente enraizadas na realidade e fazem parte dela. A existência da universidade já é um elemento transformador. Como a UFRJ é muito grande numa cidade também muito grande é mais difícil. Mas, estamos do lado de comunidades que não conseguimos transformar. Já transformamos bastante, mas falta muito. Transformar pra fora e transformar dentro da universidade. Essa universidade tem que mudar. Eu tenho confiança nesses alunos jovens. Façam extensão porque a extensão é um instrumento de formação política importante, no bom sentido da política, no sentido de instrumento que você usa pra mudar uma realidade injusta.

Não deixe de ler a entrevista completa no site do SOLTEC!

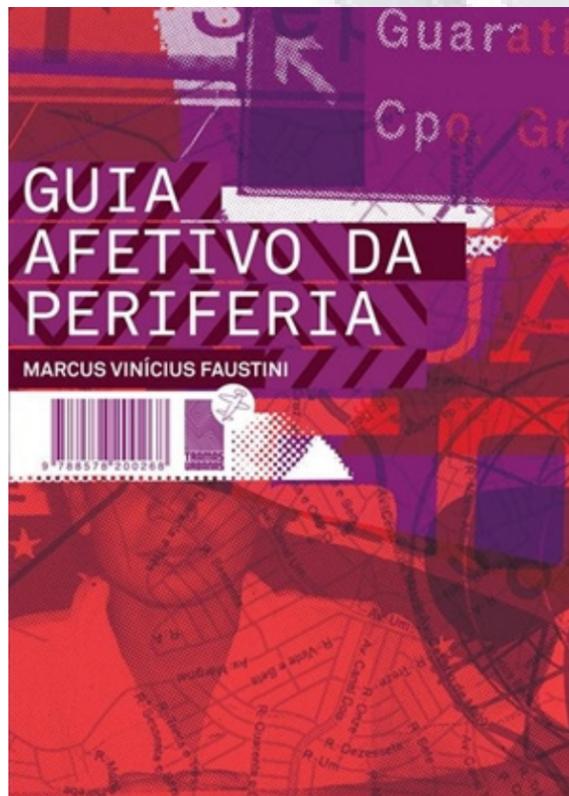
Entrevista realizada por Filipe Freitas e Felipe Addor, do SOLTEC.

Soltec Indica livros

Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo

Pascual Serrano. Editora do SENGE-RJ. 68 páginas. 2011.

Você assiste ao telejornal, lê as capas dos principais jornais do país e busca informações nas redes de notícias na internet. Você acha que está bem informado. Não está. Neste livro, Pascual Serrano mostra com espetacular clareza por quê. O autor não se limita à crítica já conhecida quando o assunto é mídia – aquela sobre a concentração dos meios, apesar de também falar sobre o assunto –, mas descreve o funcionamento dos veículos contemporâneos, mostrando como funciona o modelo e, afinal, como as mídias “ocultam o mundo”. O livro foi lançado no Brasil com prefácio de Ignacio Ramonet e Vitto Giannotti pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ) e está disponível gratuitamente na internet. Imperdível.



Guia Afetivo da Periferia

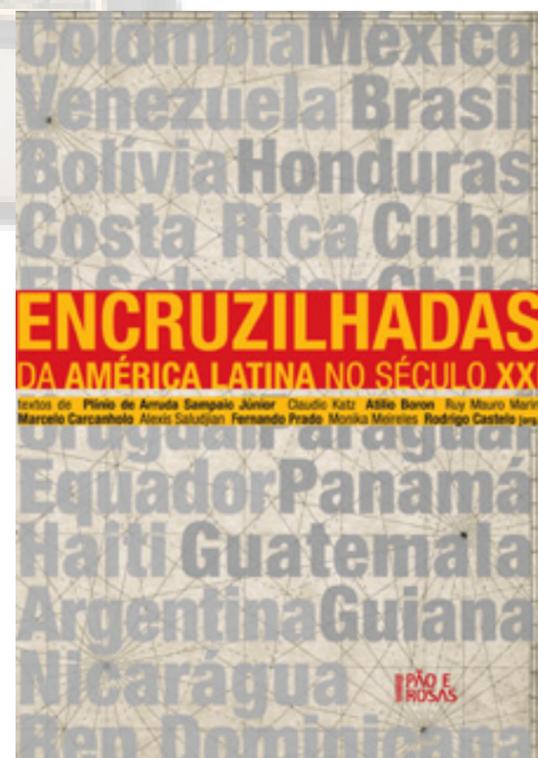
Marcus Vinicius Faustini. Editora Aeroplano. 188 páginas. 2009.

O “Guia afetivo da periferia” é o olhar de um moleque que circula a cidade. É assim que o define seu próprio autor, o cineasta Marcus Vinicius Faustini. Criado em Santa Cruz, na periferia do Rio, Faustini se lançou na literatura em 2009. “Geralmente quando você vai escrever sobre as periferias, colocam sempre o personagem popular no campo da luta pela sobrevivência ou da marginalidade. Aqui é a cabeça de um moleque observando o Rio de Janeiro. É a cidade dentro dele e ele dentro da cidade. E as memórias dele se tornam um instrumento de ação”, afirma. A intimidade entre o autor e a realidade que relata possibilitam um ineditismo estético, na forma de uma “memória do presente”.

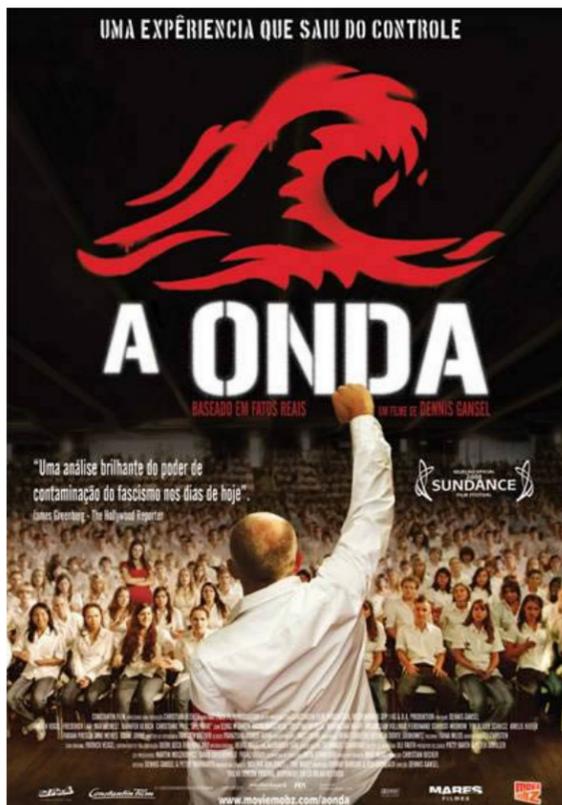
Encruzilhadas da América Latina no século XX

Rodrigo Castelo (org.). Editora Pão e Rosas. 212 páginas. 2011.

Este livro coloca em debate os rumos da América Latina no novo século. Produzido pelo Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), do Instituto de Economia da UFRJ, ele traz artigos de pesquisadores sul-americanos que se dividem entre a militância política e a análise teórica da conjuntura regional. Entre outros, estão: Plínio de Arruda Sampaio, ex candidato à presidência pelo PSOL, que assina “Imperialismo, reversão neocolonial e revolução na América Latina”; e Claudio Katz, da Universidade de Buenos Aires (UBA), autor de “Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?”.



Soltec Indica filmes



A onda

Drama. 107'. Alemanha. 2008. De Dennis Gansel.

Um professor de ensino médio decide ensinar sobre autocracia aos seus alunos, mas, devido ao desinteresse pelo tema, ele resolve tentar uma experiência na qual ensina na prática os mecanismos do fascismo e do poder. O professor cria uma comunidade chamada "A onda" e escolhe o lema "força pela disciplina". Logo toda a turma fica envolvida com a comunidade a tal ponto que começam a perseguir e ameaçar aqueles que são diferentes ou que não aceitam suas ideias. O professor demora a perceber que o jogo fora longe demais e só percebe isso quando a escola e a população local sentem os reflexos d'A Onda. O filme é baseado em uma história real ocorrida na Califórnia em 1967 e é uma ótima fonte para refletir sobre as práticas de didática em sala de aula e, principalmente, sobre como o facismo é instaurado na sociedade.

Brad: uma noite nas barricadas

Documentário. 53'. Brasil/EUA/México. 2007. De Miguel Bastos.

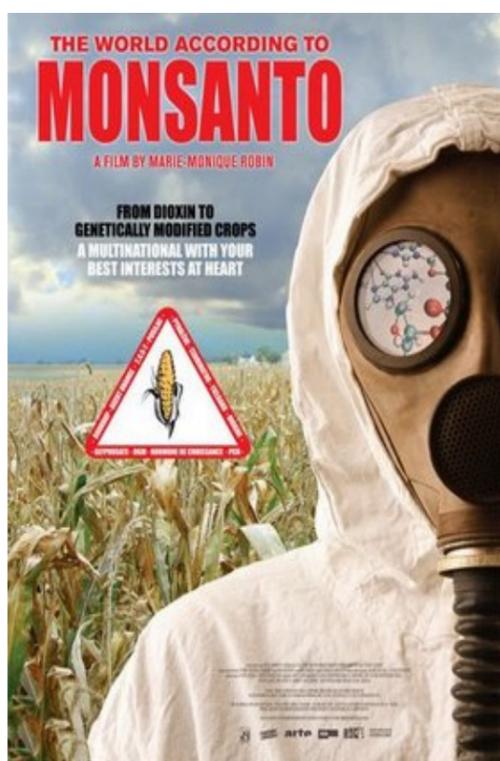
O filme conta sobre a vida e a morte de Brad Will, ativista-cineasta assassinado com a câmera na mão por um tiro de fuzil no peito durante a Rebelião popular em Oaxaca (México, 2006). Das ocupações urbanas em Nova York à batalha de Seattle, Praga, Quebec, Gênova, Brasil, Quito e Oaxaca, sua trajetória de vida faz um paralelo com a estória de luta dos movimentos de comunicação contra-hegemonicos e anti-capitalistas que surgiram no final dos anos 90, graças a popularização das tecnologias de comunicação e a internet, dentre eles, o Centro de Mídia Independente (CMI), ou a Indymedia (<http://www.indymedia.org>), da qual Brad fazia parte. O filme está disponível no link <http://vimeo.com/1983128>.



O mundo segundo a Monsanto

Documentário. 108'. França. 2008. De Marie-Monique Robin.

Neste documentário, você vai descobrir grande parte dos problemas causados pela Monsanto, principal empresa mundial de produção de alimentos geneticamente modificados (OGM). A pesquisa que deu origem ao filme durou três anos. Marie-Monique Robin comparou o discurso dos avanços que representariam os OGM (amplamente consagrados pela mídia no início do século) com a realidade dos camponeses "esmagados" pela multinacional, pessoas afetadas pelo uso de venenos perigosos à saúde humana, entre outras coisas. Imperdível.



Expediente



Sidney Lianza

Engenheiro Civil
Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE UFRJ
Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE UFRJ
Coordenação Geral do SOLTEC



Sandra Mayrink Veiga

Jornalista
Coordenação de Comunicação do SOLTEC UFRJ.



Marília Gonçalves

Jornalista
Coordenação de Comunicação do SOLTEC UFRJ
Edição Geral
Diagramação



Renata da Silva Melo

Estudante de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ
Bolsista do SOLTEC UFRJ
Redação



Elis de Aquino

Estudante de Jornalismo na Escola de Comunicação da UFRJ
Bolsista do SOLTEC UFRJ
Redação



Diana Helene

Arquiteta e Urbanista
Mestre em Planejamento Urbano pela FAU USP
Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR-UFRJ
Colaboradora

Entre em contato com o SOLTEC

No telefone: (21) 2562-7780

No endereço: Avenida Athos da Silveira Ramos, 149, Centro de Tecnologia - UFRJ, Cidade Universitária. Bloco ABC, sala 112. CEP: 21941-909.

No e-mail: comunicacao_soltec@yahoo.com.br

O Êêêcha é uma publicação trimestral produzida pelos bolsistas, pesquisadores e colaboradores do Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ.

Visite nosso Portal na internet e deixe seu comentário.